



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 18 - Nº 336 - DE 20 DE MARÇO A 03 DE ABRIL DE 2007 - R\$ 2,00

**O ministério do  
governo de coalizão**

**Lula e a visita de Bush**



**Abaixo o PAC antioperário de Lula!**

**Não à reforma da Previdência!**

**Não ao Fórum Nacional da Previdência!**

**Fora o arrocho salarial do PAC !**

**Defesa das reivindicações das massas!**

**O PAC da Educação:  
mais um ataque ao ensino público**



**Fora Bush: assassino dos povos oprimidos!  
Lula: seu governo é capacho do imperialismo!**

**O intervencionismo imperialista  
na América Latina**

**4 anos de ocupação ianque do Iraque**

**Retrato do governo Lula****O Ministério do governo de coalizão**

O apoio da ala Sarney/Calheiros ao governo Lula no primeiro mandato evitou que PFL/PSDB/OAB avançassem com o impeachment. Agora, no segundo mandato, o PMDB ocupa posição de governabilidade.

Visto que Michel Temer derrotaria Nelson Jobim na disputa pela presidência do PMDB, Lula mudou de lado. Objetivo: ter o PMDB inteiro no governo. Lula depende da unidade parlamentar do PMDB para governar e se proteger dos ataques do PFL/PSDB.

Não têm faltado tentativas do caudilho aburguesado de também trazer parte do PSDB para seu lado. Lula se mostra disposto a ajudar Aécio Neves e José Serra, para neutralizá-los o quanto puder e isolar a oposição do PFL.

O PT, com a segunda maior bancada, reclama de perder força no seio do governo, mas reconhece que Lula está nas mãos dos “aliados”. Mantidos os ministérios da governabilidade, os petistas se contentam em entregar a maior parte do orçamento ministerial para o PMDB.

De início, um escândalo: o magnata da soja, Odílio Balbinotti, indicado para o Ministério da Agricultura está mergulhado até o pescoço em processos de sonegação e fraudes fiscais. O PMDB apresentou mais uma meia dúzia de nomes – quase todos manchados de corrupção. Parece que sobrou um ex-ministro de FHC, Reinhold Stephanes, que também é do Paraná e responde pela cota do governador Requião.

Não importa o grau de reacionarismo dos pretendentes: todos respondem aos interesses da agroindústria e dos latifundiários.

O caso Marta Suplicy deve ter sido comovente aos petistas de São Paulo. Despontou como o trunfo contra a despetização, apregoada pelo PMDB e demais agregados da coalizão, queria um ministério forte, à altura da estirpe da ex-prefeita da maior cidade do País. Negociou-se o Ministério das Cidades, ficou com Turismo.

O núcleo ministerial petista do fim do segundo mandato permaneceu, com algum remanejamento. Ficaram aqueles confiáveis a Lula. Não houve despetização tão radical, mas o suficiente para o PMDB se sentir honrado e seguro quanto a seus propósitos de influenciar nas decisões de Lula e manejar parte significativa do poder do Estado.



*Lula recebe Collor “com muito carinho”. Collor é parte da base de apoio do governo de coalizão*

O caso Marta serviu de exemplo. Lula demonstrou que o PT manda pouco no governo. Seus ministros petistas não respondem ao PT, respondem à coligação.

Um caso também ilustrativo é o da presença do PDT. Esse partido escrachou Lula no primeiro mandato. Foi um aguerrido aliado do PSDB/PFL. Entrou na coligação, mas logo assinou o pedido de CPI do Apagão, mostrando que não é fiel na sua substituição. Teve de jurar fidelidade para ficar com um ministério.

Os “estrategistas” do governo acreditam que mantendo o núcleo ministerial da política econômica e da justiça (por onde se filtram os crimes da burguesia e de seus representantes) e dando ao PMDB poderes no manejo das políticas setoriais (agricultura, indústria, comércio, saúde etc) as fraquezas do primeiro mandato estarão superadas.

A necessidade de Lula montar um governo apoiado no PMDB indica a fraqueza de um governo petista. A segunda vitória eleitoral do ex-metalúrgico o consagrou caudilho. Ou seja, afastou-se dos condicionamentos do PT e paira sobre uma coligação baseada no PMDB – o mais oligárquico, o mais heterogêneo e o mais fisiológico de todos os grandes partidos da burguesia.

O mais provável é que o caudilho não tenha como disciplinar os peemedebistas e a coligação. A situação econômica decidirá sobre a consistência das alianças, que de tão ampla acolheu Maluf, Collor etc. O abalo em cadeia nas Bolsas de Valores indica que a economia mundial caminha para crises mais amplas.

O fato do governo servir aos interesses dos EUA, como expressou a recepção a Bush, de procurar fortalecer o agronegócio, de atender em parte os reclamos da fração industrial, de se dispor a uma nova reforma da Previdência, de atacar o funcionalismo e acenar com a retomada da reforma sindical e trabalhista, mostra a imperiosa necessidade de Lula garantir a governabilidade que não pôde ter no primeiro mandato.

As divisões interburguesas foram amenizadas neste início de governo, há um compasso de espera. O andamento do PAC e o crescimento econômico prometido condicionarão o conflito de interesses. A tentativa do PFL/PSDB de retomar a ofensiva com a CPI do Apagão indica que as rachaduras abertas no primeiro mandato estão difíceis de serem fechadas pelo governo de coalizão.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Ao Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais

O Encontro deve se colocar por um programa de reivindicações que una a classe operária, os camponeses, a juventude oprimida e demais trabalhadores; que defenda as condições mais elementares de vida das massas e a expropriação revolucionária da grande propriedade burguesa; e que organize a luta antiimperialista e anticapitalista.

A burguesia e seus governos têm arrancado conquistas fundamentais dos trabalhadores urbanos e resistido com violência às exigências de reforma agrária dos explorados do campo. Subordinam a vida da maioria ao grande capital industrial e financeiro; protegem a propriedade latifundiária da terra. A pobreza e miséria atingem a maior parte da população.

Às custas do terrível sofrimento da maioria, cresce a concentração da propriedade e da riqueza.

A juventude trabalhadora da cidade e do campo paga caro por essa situação econômica e social tão cômoda para a burguesia.

Não há como romper o círculo de ferro da exploração e da miséria sem um programa que expresse o combate anticapitalista e antiimperialista e sem uma organização de luta de massa.

As organizações responsáveis pela convocação do Encontro Nacional estão com essa disposição?

Não é o que transparece o relato da reunião de preparação do Encontro. Não se propõem unir as reivindicações elementares às tarefas de expropriação do grande capital. Limitam a bandeira de estatização (Vale do Rio Doce). Restringem as bandeiras de defesa econômica das massas: salário e emprego. Por exemplo, não formulam as bandeiras de salário mínimo vital e do fim do desemprego em total contraposição à exploração e às condições reais das massas.

A iniciativa de organizar um movimento unitário contra as reformas anti-populares do governo é correta e necessária. Mas não deve ser limitada ao quadro institucional do Estado, do parlamento e do governo. Estamos diante de um brutal ataque contra a vida dos



*Um Encontro Nacional de cartas marcadas e sem a possibilidade real de discussão pela base da unidade*

explorados, que exige o combate de massa, a ação direta e a organização de base.

O movimento que se pretende organizar a partir do Encontro Nacional ganhará força com um bom trabalho de mobilização em torno de um programa de combate à miséria e à fome.

## **Apresentamos nossa contribuição.**

1. Enfrentar a miséria e a fome com a reivindicação combinada de salário mínimo vital e fim do desemprego com a escala móvel das horas de trabalho.

2. Combater a mutilação da juventude proletária e camponesa com a bandeira de emprego a todo jovem, jornada máxima de 4 horas, e o restante do tempo dedicado aos estudos. Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola.

3. Quebrar o poder latifundiário. Terra aos camponeses pobres. Expropriação sem indenização dos latifúndios produtivos e improdutivos. Entrega da terra aos trabalhadores agrários.

4. Romper o domínio e o saque impe-

rialista. Cancelar a dívida externa. Expropriar as multinacionais.

5. Recuperar as estatais privatizadas. Reestatizar sem indenização. Controle coletivo da produção.

6. Anular as reformas da previdência dos governos FHC e Lula. Nenhuma nova reforma da previdência. Fim da previdência privada. Sistema Único estatal, controlado pelos trabalhadores.

7. Rechaçar as reformas privatistas da educação. Fim do sistema privado da educação. Sistema único público, gratuito e científico de ensino. Acesso de todos à educação, em todos os níveis.

8. Combater a reforma sindical estatizante. Total liberdade de organização independente dos trabalhadores. Fim da lei anti-greve.

9. Varrer a reforma trabalhista. Defesa das conquistas sociais dos trabalhadores.

## **Ao Encontro cabe ainda:**

1. Lançar as bandeiras de "Abaixo o Fórum Nacional da Previdência", "Que a CUT rompa com o governo Lula". "Que organize o movimento unitário dos explorados contra as reformas pró-capitalistas do governo".

2. Organizar em todo o país os comitês de luta para impor o programa dos explorados.

3. Posicionar-se pela formação de uma Frente Única Antiimperialista.

Todo passo de luta contra a miséria e a fome deve ser apoiado e reforçado com a militância no seio das massas. Toda iniciativa de unidade dos explorados contra os exploradores faz avançar a luta de classe em favor da maioria. Assim, o Encontro Nacional deve rechaçar o divisionismo e o burocratismo na luta. Deve rebater o uso das reivindicações das massas para fins eleitorais e disputas aparelhistas dos sindicatos. Toda força a um Encontro Nacional classista, de luta antiimperialista e anticapitalista, de combate e de organização independente.

## Lula capacho de Bush

Lula e petistas quiseram demonstrar que não há antiamericanismo, como qualificou o ex-embaixador Roberto Abdenur. Com esse intuito, Aloízio Mercadante destacou-se para dar as boas vindas a George W. Bush. Sua bandeira de amizade: "... a política externa brasileira não é e jamais poderia ser antiamericana, ela terá de ser sempre pró-Brasil".

O sofisma é desfeito logo abaixo de seu artigo, publicado no jornal O Estado de São Paulo, de 9/3: clara dependência econômica frente aos EUA. A "Política Externa do Governo Lula" – título do artigo – não tem como ser independente dos ditames dos EUA. Bush vem ao Brasil com a bandeira do etanol e não o contrário. São os interesses das multinacionais e do capital financeiro que se sobrepõem e sobreporão a qualquer acordo comercial.

O orgulho pequeno-burguês de ser pró-Brasil pára na soleira das multinacionais e escorre em sorriso amarelo.

Diz Mercadante que o que une os EUA e Brasil são interesses comuns. Exemplifica: "Entre tais interesses podemos destacar a luta contra o narcotráfico e o terrorismo, a proteção das florestas tropicais e das espécies ameaçadas, o combate à pirataria e a cooperação na área agrícola". Quem não vê que todos

esses pontos são do interesse particular dos EUA? O Brasil, como o resto dos países semicoloniais, não fazem senão seguir essa "agenda" imposta pelas potências, tendo à frente os EUA.

Vejam: o narcotráfico é uma forma econômica do capitalismo, em que os EUA são os maiores consumidores e seus bancos os maiores lavadores de dinheiro; o terrorismo é, no caso, expressão da opressão sofrida por nacionalidades e povos pelas potências, principalmente os próprios EUA; proteção das florestas tropicais é uma bandeira dos países industrializados que saquearam e saqueiam a natureza; combate à pirataria é uma exigência das multinacionais, que praticam o preço monopolista (notem a gravidade do caso da indústria farmacêutica); cooperação agrícola é uma piada, pois os EUA e Europa riem do esperneio do Brasil em favor do fim do protecionismo.

Bush vem ao Brasil e em seguida vai ao Uruguai para dar um golpe de misericórdia no moribundo Mercosul. Lula corre à frente oferecendo algumas concessões ao governo de Tabaré, da Frente Ampla.

Bush vem ao Brasil não como "parceiro", mas como chefe de uma potência que enfrenta uma tremenda crise e que precisa manter alinhadas as nações em

torno de sua política. Bush vem ao Brasil não porque tendências econômicas confluem para acordos entre iguais, mas porque despontam no horizonte disputas mais acirradas entre as potências e entre estas e as nações semicoloniais.

Esse é o retrato da relação de dominação que os EUA comandam em toda parte.

É preciso que se observe e se entenda que a crise do capitalismo tem obrigado os EUA a retomar a corrida armamentista. Oriente Médio, China e Rússia despontam como iceberg da crise. Na América Latina, o nacionalismo de Chávez, embora não afete os interesses gerais das multinacionais em grande escala, no pouco que afeta, principalmente na área petrolífera, é inaceitável para o imperialismo. Também vemos o armamentismo ser potencializado em nosso continente.

A viagem de Bush representa intervenção. Os analistas querem que acreditemos que os EUA estão corrigindo o erro de ter marginalizado a América Latina de sua política e que agora retomam como valorização das relações históricas no hemisfério. Falso! É a necessidade de intervencionismo que traz Bush aqui. E Lula se comporta como capacho do imperialismo.

### Boletim da Regional do Ceará

## Governo CID/PT/PSDB corta R\$ 679 milhões do orçamento 2007

O governo Cid noticiou em 24/02 um corte de R\$ 679 milhões no orçamento estadual de 2007, aprovado em dezembro último e que previa gastos de R\$ 7,378 bilhões. Os cortes atingem principalmente 3 áreas: educação, saúde e segurança.

Na educação, o orçamento que era de R\$ 560 milhões caiu para R\$ 504,4 milhões, um corte de R\$ 55,6 milhões! (R\$ 33 milhões só no primeiro trimestre). A ordem é que os recursos sejam suficientes apenas para não deixar **fechar as escolas**. A orientação drástica de redução de despesas com almoxarifado, segundo a imprensa, já foi enviada para todas as escolas. A Saúde não teve sorte melhor. Perdeu R\$ 20,3 milhões, indo de R\$ 207 milhões para R\$ 186,7 milhões. Até o HGF (Hospital Geral de Fortaleza), referência no atendimento na cidade, está com suas obras de ampliação paralisadas e sendo replanejadas. O Governo cortou 25% dos servidores terceirizados, renegociou contratos e reduziu gastos com comissionados. A secretária de

Planejamento e Gestão, **Silvana Parente**, diz que a razão dos cortes está em que "o que houve foi um gasto maior em 2006 que comprometeu o orçamento de 2007".

### A resposta da burocracia sindical

Depois do anúncio o **Fórum Unificado** dos Servidores Públicos do Estado discutiu o ocorrido e saiu com a posição de apenas exigir do governo informações para saber quais setores seriam atingidos e qual o tamanho do impacto das medidas. A CUT, governista, pra fazer cena chegou até a dizer que rechaçava a medida e que o movimento sindical precisava ser ouvido. Não passou disso. Se depender da **burocracia sindical**, nem uma única plenária de servidores será convocada para discutir o assunto. A burocracia reformista sabe que precisa dar alguma satisfação às suas bases de servidores que serão duramente afe-

tados, uma vez que o governo, com essas medidas, além de piorar as condições de trabalho, anuncia indiretamente que não há possibilidades de **reajustes** este ano.

### **Que fazer?**

Os governos falidos buscam sempre descarregar a crise do capitalismo sobre os assalariados. É preciso exigir da CUT e do

Fórum a convocação de uma plenária estadual de base e aprovar um plano de lutas que leve ao enfrentamento ao **Governo cambebista de Cid/PT/PSDB**. Os servidores devem defender que os capitalistas paguem a conta da Crise! Não pagamento das dívidas do estado com os grandes capitalistas e banqueiros (interna e externa)! Nada de aceitar o não reajuste. **Escala móvel de salários!** Essa deve ser a resposta do funcionalismo, magistrários e demais trabalhadores.

## **CUT Governista se integra de vez ao Governo Cid/PT/PSDB**

No dia 16/02, tomou posse como presidente do IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho) o agora ex-presidente da CUT/CE **De Assis Diniz**. A saída de De Assis para assumir o cargo no Governo Cid demonstra de forma clara a total integração da CUT ao Cambeba.

A **diretoria estadual** da CUT (Articulação Sindical/PC do B), mesmo na época do governo Lúcio (PSDB), nunca se prontificou a defender os trabalhadores contra os ataques do governo. Exemplo disso é que não deu nenhum apoio concreto nas últimas greves do magistério estadual e municipal. Durante as negociações para a formação da frente **PT-PSB-PMDB-PC do B**, a CUT jogou um papel de primeira ordem para impulsionar essa coligação. Aprovou em seu 10º Congresso Estadual o apoio à aliança com a burguesia e saiu em campanha para eleger **Cid/PT**. Após a vitória da coligação e a entrada do PSDB no Governo, sem a menor crítica por parte da burocracia sindical e do PT estadual, a CUT não teve

escrúpulos em defender o novo governo até mesmo quando este atacava claramente os trabalhadores. Isso ficou evidente nos casos do atraso do pagamento de mais de 70 mil servidores e da repressão à greve dos vigilantes, quando o então presidente da CUT, De Assis, disse, referindo-se a este último caso, que 'a repressão era obra do comando da polícia para desestabilizar o governo Cid'. O PT, que possui **3 secretarias de Governo** (Cidades, Trabalho e Desenvolvimento Social e Cultura), o **Vice-governador** (Prof. Pinheiro) e a liderança do Governo na Assembléia (Nelson Martins) não podiam deixar de lançar mão da CUT como o braço sindical do Cambeba no movimento sindical.

A tarefa dos trabalhadores conscientes é arrancar dos sindicatos, incluindo a CUT, a burocracia sindical **pelega e governista**, tarefa essa que só será possível com a construção de uma nova direção revolucionária para o movimento sindical.

## **Prefeita Luizianne Lins (PT) enfrenta crise e escândalo de superfaturamento**

### **Crise na gestão petista**

Após 2 anos de governo, sustentada de um lado pelos pactos com as frações burguesas na **Câmara**/acordo direto com o empresariado e, de outro, pela burocracia sindical, incluindo a CUT, a prefeitura petista começa a enfrentar crises no seio de sua administração, que tem levado à cisões em sua base de sustentação.

A primeira delas foi a do **PDT**, que rompeu com a prefeita acusando a gestão petista de "falta de diálogo com a administração". A bancada do PDT na Câmara rompeu definitivamente com a base aliada. Em seguida foi a vez do **PSol**. Este aprovou no seu **II Encontro Estadual** a ruptura com a Prefeitura alegando entre outras coisas 'ausência de diálogo transparente com os movimentos sociais', continuidade de práticas da gestão **Juraci** (PMDB), 'não enfrentamento com os poderosos grupos privados'. Salta aos olhos a inconsistência das justificativas psolistas para romper com a prefeitura. As práticas iguais a de governos burgueses, 'falta de diálogo' com os movimentos, alianças com a burguesia etc existiram desde o 1º dia de governo e o Psol sabia de tudo isso. Sabia da repressão e dos

ataques da prefeita aos trabalhadores, por exemplo, nas 3 greves do magistério que o **PT** enfrentou e permaneceu calado. Sabia dos acordos com o Sindiônibus, dos conchavos na Câmara, mas preferiu ficar com seus cargos. A saída do **PSol** no penúltimo ano de mandato do PT (se deixasse para sair em ano eleitoral não teria argumento pra lançar candidato próprio contra uma gestão da qual participava de véspera) demonstra que os interesses eleitoreiros não permitem uma submissão tão acentuada do **PSol** ao **PT**. Seja como for, a prefeitura petista saiu enfraquecida com as cisões. O mais recente episódio tem ocorrido entre a **Prefeitura** e o Presidente da Câmara Tim Gomes (primo de Cid Gomes), aliado da prefeita. O motivo tem sido as disputas em torno de repasses financeiros para o legislativo. A Câmara pretende receber 5% do orçamento do ano passado para despesas internas, o que representa R\$ 66,7 milhões anuais ou R\$ 5,5 milhões mensais. A Secretaria de Finanças - SEFIN deixou de repassar **R\$ 300 mil** em janeiro e **Tim Gomes** respondeu assim à Prefeitura: "Se não existir repasse constitucional sem ser acordado, é lógico que não existe parceria". Esse último atrito ainda permanece em aberto e pode manifestar-se ainda mais à frente.

Rondônia:

## Roberto Sobrinho (PT) governa contra os trabalhadores

Trabalhadores da Educação e os demais trabalhadores do município de Porto Velho já não agüentam mais tanta conversa fiada e enganação por parte dos prefeitos, que assumem mandato um após outro a cada eleição. Na administração de Carlinhos Camurça, foram oito anos de arrocho salarial e embromação, e a conversa da direção do sindicato docente continua a mesma, a de que se mudasse o prefeito as coisas iriam melhorar. Só melhorou para o próprio prefeito e sua camarilha, pois o que estamos vivenciando na administração do PT com Roberto Sobrinho não tem sido diferente em ganhos reais no bolso dos trabalhadores. Até o mísero auxílio-alimentação de 50 reais foi retirado sem nenhuma explicação. Fomos surpreendidos com a redução do quinquênio e a gratificação de ensino superior foi um fiasco. Nunca saiu.

A Corrente Proletária da Educação sempre alertou que esses penduricalhos no nosso salário, na forma de abonos, são conversa fiada, pois o que nós precisamos mesmo são aumentos reais, capazes de atender as nossas necessidades vitais, que correspondem a um salário de R\$ 2.500,00. Também na administração anterior foi criado um modelo de hora extra que foi copiado pelo prefeito Roberto Sobrinho.

Para ludibriar os trabalhadores e superexplorá-los e não abrir mais postos de trabalho na educação, oferece aos funcionários que assumam mais um expediente de trabalho em outro horário e recebam um salário inferior ao dos professores, mesmo assumindo atividades correspondentes a professores do quadro regular do ensino. São anos de perdas salariais e as migalhas que Roberto Sobrinho tem concedido a seu bel prazer pelo fato do Sintero não estão chamando os trabalhadores municipais para enfrentar com resistência e mobilização, por meio da ação direta, o arrocho salarial que está levando as maiorias a vivenciarem grandes carências juntos às suas famílias. Isso significa que as direções dos sindicatos e prefeito estão de mãos dadas. Por isso, nós se pode aceitar mais tanta enganação por meio de seminários e encontros festivos, com a presença dos catadores de votos e do prefeito para ouvir falsas promessas.

Por isso não se deve aceitar os discursos demagógicos de promessas ilusórias e falatórios longos, que justificam que não existe receita no município para dar aumento. A conversa todo ano é sempre a mesma. Diz que vai rever as contas do município e isso não dá em nada que possa favorecer os trabalhadores. Querem convencer que não há recursos para reajustar salários, mas como se explica o pagamento de diárias para funcionários que já têm salários e gordas gratificações e ajudas de custo para viajarem aos distritos. São os trabalhadores que sofrem o gosto do fel com salários de miséria. Há recursos específicos para compras de transportes. Mas a Secretaria de Educação compra automóveis novos - Hillux, por exemplo, é bastante caro! E sem falar do exitismo das propagandas que a prefeitura vem colocando nos meios de comunicação.

### **Em defesa de um Sindicato independente dos patrões e governos capitalistas**

Os sindicatos precisam estar a serviço dos trabalhadores e por eles controlados, é preciso lutar pela unidade de todos os trabalhadores para enfrentar as reformas do ensino, sindical, trabalhista e da previdência, que atacam em cheio a vida das maiorias oprimidas. Enquanto perdurar o capitalismo, as massas permanecem como vítimas da opressão da burguesia. O caminho é a luta com manifestação de rua, ocupações, greves etc. e enfrentar Roberto Sobrinho até alcançarmos à vitória das nossas reivindicações.

O Sintero, ao ser dirigido majoritariamente pelo PT, de mãos dadas com Roberto Sobrinho, deixa de lado não só as perdas salariais, mas faz coro junto aos demais sindicatos e centrais sindicais às reformas que atacam o atendimento das necessidades vitais dos trabalhadores. Defendemos o pagamento imediato das perdas salariais, não aceitamos abono e que o abono retirado seja imediatamente incorporado ao salário; que se possa decidir quanto deve ser um salário de acordo com o atendimento das necessidades vitais decididas em assembléias de base.

### **A Situação Revolucionária da Bolívia sob o governo de Evo Morales**

**Adquira esta publicação do POR com a tradução de diversos artigos do jornal Massas boliviano, que trazem uma caracterização do governo Evo Morales, a questão da semi-nacionalização dos hidrocarbonetos, a disputa nas minas entre a estatização e o cooperativismo, a questão agrária, a disputa interburguesa na Constituinte e a estratégia revolucionária do POR.**

**Adquira também o folheto sobre o levante de Cochabamba. Peça ao distribuidor deste jornal.**

# Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), mais ataque sobre a educação pública

Diante do fracasso escolar, apontado pelos dados das avaliações externas (Saeb e Enem), o governo Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de melhorar os índices de aprendizagem. Trata-se de um conjunto de medidas que não toca na essência da crise educacional, que está na base material da sociedade.

Os dados revelaram o que já se sabia: de 1995 a 2006, os alunos do Ensino Fundamental e Médio aprenderam menos, isto é, pioraram o rendimento em matemática e português, que já era ruim há 11 anos atrás. Isso demonstra a decomposição da educação. Evidencia também que a reforma educacional traçada pelo Banco Mundial, que tinha como fundamento corrigir a evasão, repetência e proporcionar um ensino de “qualidade”, caiu por terra. Os resultados indicam que no período de vigência da reforma, que exigiu mudanças nas leis (LDB), alteração no financiamento (Fundef), parcerias com empresas privadas e uma infinidade de projetos de “inclusão” e “modernização”, os estudantes quase nada aprenderam.

Na prática, avançou o sucateamento do ensino público. Por trás da idéia de melhoria do ensino estavam o corte de recursos públicos e o avanço da privatização. Depois de uma década, as conseqüências são violentas para os trabalhadores da educação e para os filhos dos explorados.

## O PDE foi chamado de PAC da educação

Lula deu seqüência à reforma educacional de FHC/FMI. Avançou a privatização por meio do ProUni, que injeta dinheiro público nas universidades privadas (compra de vagas). Agora, pretende implantar outras medidas que atavam o ensino público e as condições de trabalho. Alegou os baixos rendimentos escolares e responsabilizou os trabalhadores da educação e os estudantes.

Entre as medidas estão:

### I. Maior centralização burocrática

As escolas de todo o país deverão

atender as metas estabelecidas pelo MEC para terem acesso às verbas. Para tanto, terão de passar por um sistema de avaliação e, obviamente, de cobrança de resultados. Anunciou, por exemplo, a chamada “Provinha Brasil”, que avaliará a alfabetização dos alunos entre 6 e 8 anos e não mais apenas na 4ª série, como atualmente. Manterá as demais avaliações, como o Prova Brasil, que avalia os alunos de 4ª e 8ª séries. Criará ainda uma Olimpíada de Língua Portuguesa para “incentivar” o estudo da língua.

As escolas e os sistemas passarão a ter notas de 0 a 10. A nota depende dos índices de evasão, repetência e os resultados da avaliação externa. Por meio dessas avaliações, o governo pretende instituir as metas para o sistema municipal e estadual de ensino.

Portanto, ao invés dos discursos demagógicos de autonomia, descentralização e de respeito às particularidades regionais e sociais, o que vemos é o aumento da centralização burocrática do Estado. As avaliações externas significam o intervencionismo estatal sobre o trabalho dos educadores.

Cabe aos trabalhadores e aos estudantes se colocarem contra a centralização burocrática e levantarem a bandeira democrática da autonomia das escolas, reservando ao Estado a única função de sustentar financeiramente a educação.

### 2. Programa de Metas: submissão das escolas às medidas governamentais

O governo diz que o “apoio financeiro” será dado junto com um plano de atuação e metas. Enfatizou que muitas escolas precisam somente de “apoio de gestão”. Ou seja, segundo Lula, trata-se de um problema de má administração e de falta de controle dos diretores sobre o trabalho desenvolvido pelos professores. Com o nome pomposo de “Programa de Metas Compromisso de Todos pela Educação”, dá um ultimato aos municípios, sob a máscara de que a adesão ao Programa é voluntária. Tudo falso: sem a tal adesão, não haverá a “assistência” do governo - não terão mais dinheiro. Aqueles que aderem, assinam um compromi-

so com 16 diretrizes, entre elas estão as exigências para a escolha de diretores e os resultados da Provinha Brasil.

Como se vê, “programa de metas” quer dizer mais submissão. Amplia a verticalização no comando da educação. O discurso da “horizontalidade” para ampliar a participação de todos os “atores” escolares e da comunidade caiu por terra.

### 3. Manutenção do assistencialismo através da ampliação do programa Bolsa Família

Diante do desemprego e da miséria que atingem a maioria das famílias, o governo reforça o assistencialismo. Pretende incluir jovens de 16 a 17 anos no programa Bolsa Família. Como cresceu a evasão escolar e reduziu o número de matrículas no ensino médio, o governo quer segurar a juventude por meio da bolsa família. Ao invés de emprego aos jovens, quer mantê-los nos estudos recebendo uma quantia que nem dá para pagar o transporte coletivo.

A juventude necessita de trabalho e de escola. O governo fecha escola, superlota salas e sucateia o ensino. Os patrões demitem e, quando oferecem vagas, exigem experiência e “qualificação”. A reivindicação de emprego a todos, jornada de 4 horas na produção e o restante para os estudos e salário necessário para a manutenção da vida da juventude é democrática. Está em oposição à discriminação e em defesa da democracia da maioria.

### 4. Para os professores, superexploração do trabalho

Frente ao fato de que os alunos não conseguem aprender ou aprendem muito pouco, o PDE instituiu a “melhoria” na formação dos professores. Todos os professores deverão estar vinculados a uma universidade para fazer a graduação (caso não tenham) e atualização a cada três anos (para todos). O centro dessa política será a Universidade Aberta do Brasil (UAB), mestre em ensino à distância.

O piso salarial nacional dos professores (a ser estabelecido através de projeto de lei) ficará, para o governo, em torno

de R\$ 800,00. No estado de São Paulo, esse piso está abaixo do menor vencimento, PEB I.

Estão ainda demonstradas duas medidas: 1) ampliação do ensino à distância (grande negócio para os capitalistas da educação); 2) manutenção de um piso de fome para os educadores. Os trabalhadores da educação devem rechaçar o ensino à distância e a corrida à universidade para legalizar os diplomas. Tanto um quanto outro são mecanismos de favorecimento da privatização. A reivindicação de salário mínimo vital, calculado pelas assembleias, significa a defesa da força de trabalho, físico-mental. E a luta pelo ensino público e gratuito em todos os níveis se contrapõe à mercantilização, expressa no PDE por meio do ensino à distância e pela volta à universidade a cada três anos. Os trabalhadores da educação necessitam de emprego, salário condizente com as necessidades, melhores condições de ensino e trabalho.

### **5. O PDE não amplia os recursos à educação**

O PDE diz que investirá R\$ 8 bilhões neste projeto. Trata-se de uma miséria diante da situação em que se encontra a educação. Mas, há mais um agravante: esse dinheiro será parcelado até 2010. Neste ano, só destinará R\$ 1 bilhão e para o plano de metas. Mesmo assim o R\$ 1 bilhão não está garantido, pois somente R\$ 600 milhões estão em caixa, o restante ainda terá de ser negociado com a equipe econômica.

Nas universidades federais, o governo pretende aumentar apenas 20% dos recursos para dobrar o número de alunos (atualmente 600 mil). Reafirma que o problema das federais é em primeiro lugar de gestão. Para isso, impõe um plano de metas de produtividade, aumentando o número de alunos por professor. Segundo o PDE, isso melhora a relação professor-aluno (que é baixa) e o custo-aluno (que é alto), consequentemente chega à fórmula da ampliação do número de vagas.

Por outro lado, aumentará o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que garante isenção fiscal às universidades privadas. Criará mais 40 mil bolsas integrais (mantendo as 400 mil – integrais e parciais – existentes) e transformará as bolsas de 50% existentes (150 mil) em integrais. Pretende financiar a metade

restante com o Financiamento Estudantil (Fies).

Veja a que ponto chega o PDE: 1) não há mais recursos ao ensino público. Mantém a miséria de cerca de 3% do PIB à educação. A quantia de 8 bilhões em quatro anos não significa nada; 2) as verbas para as federais dependem do aumento da exploração do trabalho dos docentes; 3) O crescimento do ProUni serve para financiar a ociosidade de parte das faculdades privadas. A compra de vagas é uma exigência dos capitalistas da educação; 4) a prorrogação do prazo de financiamento (Fies) para os estudantes pagarem seus estudos só ajuda aos bancos. Nada mais é do que a prorrogação do pagamento da dívida. Portanto, um negócio da China para os interesses da burguesia. Para a educação pública, continuidade do desmonte.

### **6. Favorecimento a empresas**

Sob o pretexto de melhorar a estrutura do ensino, o governo investirá em computadores e outros materiais. Quem lucra são as empresas de informática e os empresários das editoras, que recebem rios de dinheiro com a venda de seus produtos ao governo.

Nas escolas falta tudo. Basta lembrar que mais de 18 mil sequer contam com energia elétrica e, outras tantas, nem com água potável. A reivindicação de autonomia das escolas é uma bandeira que coloca nas mãos dos trabalhadores e estudantes o poder de decidir o que elas realmente necessitam.

### **O PDE foi apoiado pela Oposição burguesa e pela burocracia da CNTE**

Posando de democrático, Lula lançou o PDE para uma platéia de reitores e de “professores” (burocratas). Por trás estavam os elogios dos empresários e seus porta-vozes (imprensa). Não faltou o apoio do PSDB, que usou o ex-ministro Paulo Renato para saudar a iniciativa do petista. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), dirigida pelo PT, jogou confetes e reforçou a farsa da colaboração entre União, Estados e municípios.

Os trabalhadores da educação devem combater, nas ruas, o PDE. Só a luta unitária poderá barrar mais esse ataque

do governo.

### **Defender as reivindicações dos trabalhadores e dos estudantes**

Os trabalhadores e estudantes devem exigir a convocação de assembleias para que o PDE seja rejeitado. Para isso, é necessário defender as reivindicações e o método de luta dos explorados, que é a ação direta.

A Corrente Proletária e o Partido Operário Revolucionário levantam as reivindicações que unificam a luta contra esse brutal ataque à educação pública.

a) Escola única, pública, autônoma, gratuita, laica e enraizada na produção social, sob o controle da classe operária, de quem estuda e trabalha;

b) Extinção de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial), estatização, sem indenização, de todo o sistema de ensino;

c) Autonomia da educação frente ao Estado capitalista. Financiamento público, sob o controle de quem estuda e trabalha. Nenhuma intervenção do Estado na vida escolar, que deverá ter uma organização independente criada pela população, estudantes e docentes;

d) Educação politécnica teórica e prática (aprendizagem dos fundamentos científicos básicos do processo produtivo moderno). Uma escola onde os alunos permaneçam 4 horas na escola e o restante na produção social. Acesso a todos à educação em todos os níveis. Que o Estado garanta esse direito a todos que queiram continuar os estudos. Expansão da rede escolar de acordo com as necessidades de garantir a todos as condições materiais de ingresso. Fim da fragmentação entre os níveis de ensino – fundamental, médio e superior. Fim dos vestibulares;

e) Defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. Combinar o trabalho com o estudo. Nenhuma criança e jovem fora da escola. Nenhum jovem fora da produção social. Fim da exploração infantil. Aproveitamento das capacidades produtivas da criança, de acordo com suas condições físicas e mentais e de acordo com as exigências de seu desenvolvimento escolar;

f) Defesa da família operária e dos demais explorados. Emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Fim das jornadas estafantes.

Salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias e populares. Fim do salário mínimo de fome.

g) Rechaço à reforma neoliberal da educação (Municipalização, Fundeb, Reforma Universitária, ProUni etc). Defesa de um sistema nacional de ensino com escola única, gratuita, laica e ligada ao trabalho produtivo;

h) Combate ao PDE;

i) Piso salarial nacional de R\$ 2.500,00 para os trabalhadores da educação. Reposição de todas as perdas salariais. Combate às reformas que destroem as conquistas sociais (reforma da previdência, sindical, trabalhista);

j) Redução do número de alunos por sala, jornada de 20h em sala de aula e 20h fora dela, em trabalhos pedagógicos. Máximo de 25 alunos por sala.

k) Fim do ensino religioso, obscurantista, nas escolas. Nenhuma ingerência da Igreja no ensino. Educação laica;

l) Nenhum apoio aos governos burgueses. Independência política de todas as organizações dos trabalhadores frente aos governos e patrões;

m) Defesa de uma escola nova como resultado da revolução proletária.

## Unesp:

# Estudantes enfrentam ofensiva privatista sobre espaços

Em janeiro de 2007, durante o período de férias, a direção da FCT- Unesp invadiu o espaço estudantil do D.A., ordenou o fechamento da cantina e da xerox, atual única fonte de arrecadação da organização do movimento estudantil. O pretexto utilizado pela administração foi de não estarem “regularizados”, que o espaço do D.A. é de responsabilidade do diretor e assim deve-se abrir um processo de licitação, para uma nova empresa prestar serviços. A partir de então, o dinheiro arrecadado não será revertido diretamente para o D.A., mas irá para os chamados cofres públicos da Unesp, o que foi aprovado na Congregação da FCT. Ou seja, xérox e lanchonete se tornarão fonte de arrecadação de recursos para compensar a falta de verbas na universidade, e o DA ficará na dependência dos recursos que virão (só em parte) da administração, perdendo sua autonomia financeira e, com ela, claro, a independência política.

Isso que ocorreu no campus de Presidente Prudente é reflexo da progressão da política privatista na universidade pública, que agora ataca os instrumentos de arrecadação do movimento estudantil. Essa privatização não iniciou agora. A burocracia universitária vem aplicando um conjunto de medidas privatistas e elitizantes da universidade pública, que passam pela implantação das fundações, cobrança de taxas diversas, instituição de cursos pagos, fechamento dos campi e sua locação paga a academias e eventos, instalação de câmeras de vídeo e catracas, privatização de espaços, presença da polícia militar, terceirização de serviços e da segurança, destruição do transporte, moradia, alimentação, assistência médica e odontológica etc.

As direções do movimento estudan-

til não têm respondido ao conjunto desses ataques. Só será possível combater a política privatista em cada um e em todos os seus aspectos através da mobilização estudantil em defesa da universidade pública, contra a privatização e em choque contra a burocracia universitária que a aplica. É um erro participar da licitação do espaço, admitindo a autoridade da administração sobre ele e a arrecadação de recursos pela universidade a partir disso. O uso dos espaços públicos só será de todos se estiver sob controle dos que estudam e trabalham. Nas mãos da burocracia universitária, só servirá a uma minoria, em benefício próprio.

Sob as atuais direções estudantis, a autonomia dos CAs parece algo distante de seu cotidiano. As atuais direções, na maioria vinculadas ao reformismo petista ou ao estalinismo (PCdoB) que lhe habita a sombra, estão aparelhados, desvinculados das reais necessidades dos estudantes e servem apenas como meio de carreirismo politiquês, a partir de seu uso como entidades meramente festivas e culturalistas. A autonomia do espaço do D.A. só tem sentido para a maioria se estiver ligada às reivindicações mais sentidas, como parte da luta antiprivatista na Universidade.

Assim, a defesa dos espaços dos CAs deve ser realizada como parte do combate à privatização e exclusão da maioria (elitização). Xérox e lanchonetes sob controle da administração (burocracia) significam serviços piores e mais caros aos estudantes. Assim como a terceirização, que serve para cortar gastos através da superexploração do trabalho. Como a cobrança de taxas, que serve para colocar dinheiro nas mãos da burocracia onerando os estudantes. Como a falta de

transporte gratuito, que dá dinheiro aos capitalistas às custas dos que estudam e trabalham. Como a falta de moradia, que exclui os mais pobres.

É preciso retomar o caráter de luta das organizações estudantis, a partir da construção de novas direções, surgidas a partir da mobilização e sobre a base do programa revolucionário. Essa luta expressa concretamente a defesa da universidade pública e gratuita para todos. Ou seja, que nela possam ingressar os trabalhadores, e, derrubando a burocracia universitária serviçal da burguesia e constituindo o poder dos que nela estudam e trabalham, transformar profundamente a universidade, como parte da transformação mais geral da sociedade. É por aí que a luta estudantil pode se ligar à da classe operária pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Nossas propostas:

- Convocação de assembleia geral estudantil para deliberar pela retomada dos espaços da xérox e lanchonete.

- Espaços estudantis sob controle dos estudantes: que a assembleia decida sobre o uso dos espaços, se e como servirão de meio de arrecadação para a organização estudantil.

- nenhuma ingerência da administração no espaços autônomos dos estudantes.

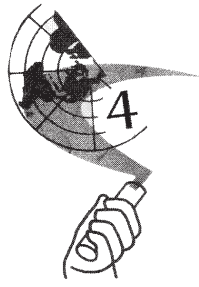
- defesa das reivindicações estudantis: todas as condições para prosseguir seus estudos (transporte, moradia, alimentação etc.). Redução da jornada estafante de trabalho (para 4 horas na produção social e o restante para estudo e lazer).

- Campanha geral de luta em todas as universidades públicas contra as medidas privatistas: pelo ensino público e gratuito para todos, laico, científico, único e vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática).

## Nesta edição:

- O intervencionismo imperialista na América Latina, a ascensão dos governos nacionalistas e a luta revolucionária das massas
- Imperialismo sai chamuscado da América Latina
- 4 anos de ocupação militar imperialista no Iraque
- A Reivindicação dos Contratos
- Evo Morales e o Decreto nº 21060

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



O POR realizou em São Paulo um debate sobre a situação política na América Latina e sobre os 4 anos de ocupação militar do Iraque pelos EUA. O texto abaixo serviu de roteiro para a discussão coletiva em grupos. A seguir, se debateu o tema em plenária, juntamente à discussão sobre o Iraque. Procuramos sintetizar o debate ocorrido no texto seguinte.

## O intervencionismo imperialista na América Latina, a ascensão dos governos nacionalistas e a luta revolucionária das massas

1. Os Estados Unidos reforçam a estratégia de domínio sobre o continente latino-americano. Trata-se da resposta imperialista frente às tendências desagregadoras mundiais do capitalismo. A necessidade de ampliar as fontes de riquezas energéticas, mercados consumidores e de controle de regiões fundamentais do planeta são vitais para a maior potência. Os Estados Unidos constituíram um vasto domínio econômico e militar, submetendo a maioria das nações semicoloniais. Isso se fez às custas da miséria, do saque sobre as economias nacionais e das guerras. Não há outra via, para o país imperialista, senão a da subjugação e exploração, que ora se manifesta por meio de planos econômicos, ora pela invasões militares.

A América Latina teve sua história marcada pelo colonialismo das metrópoles européias (fase de expansão do capitalismo) e, em seguida, pela ação violenta dos Estados Unidos sobre a frágil e formal independência das colônias desse continente.

O desenvolvimento capitalista, imposto de fora para dentro, não permitiu que ela superasse as heranças do colonialismo e não possibilitou a formação de um Estado burguês, que pudesse resolver as tarefas democráticas, entre elas a da soberania nacional, da questão da terra e da elevação cultural das massas.



*Manifestação no Brasil contra visita de Bush*

Os Estados Unidos aproveitaram a situação de guerra mundial para acelerar o processo de submissão dos países do continente. Dessa forma, influenciaram direta e indiretamente na constituição dos governos e nos golpes militares, que foram constantes em vários países dessa região. No final dos anos 80 e durante os 90, por meio do Consenso de Washington, a América Latina implantou os planos neoliberais, que favoreceram as multinacionais, os saques e as privatizações de empresas nacionais.

Os efeitos foram drásticos para os países e para a maioria explorada. Fruto do descontentamento com a investida neoliberal, ressurgiram na América do Sul governos de fachada nacionalista, que arregimentaram as massas famintas em torno de um programa de promessas de

combate à fome e ao saque ianque. A vitória de Evo Morales e Hugo Chávez se deu nesse quadro de conflitos e fracassos da política dos governos identificados como aplicadores dos planos do imperialismo. Lula logo debandou para as posições do grande capital internacional.

Os Estados Unidos não podem permitir que o nacionalismo ganhe mais força com os discursos anti-americanos de Chávez. A visita de Bush e os acordos com governos do Brasil, Uruguai, Colômbia e México têm o objetivo de isolar o chavismo e impor a Área de Livre Comércio, por meio de ações bilaterais. O Brasil é considerado peça chave para a estratégia dos EUA, que tem na sua essência a maior penetração do capital imperialista, crescente expansão militar no mundo e base fundamental para suas disputas comerciais. O governo Lula serviu e serve a esses interesses.

2. A integração da América Latina à ordem do capital norte-americano por meio da Alca enfrentou resistência dos trabalhadores e de setores das burguesias nacionais, ressentidas com os resultados negativos da década de submissão às medidas do Consenso de Washington. Mas os EUA não podem recuar no seu domínio, daí as investidas sobre governos para a assinatura de acordos bilaterais e o expansionismo militar por

meio do crescimento das bases militares.

Na América do Sul, a potência imperialista ampliou o número de soldados, reforçou a fiscalização aérea e expandiu suas bases militares. A exemplo de Mantua (Equador), de Chiclayo e Iquitos (Peru), Mariscal e Tríplice (Paraguai) e Letícia (Colômbia).

A presença de Bush no Brasil teve também o objetivo de pressionar o governo Lula a permitir que as bases aéreas de Manaus, Porto Velho e Boa Vista (regiões fronteiriças com a Colômbia, Venezuela e Bolívia) fossem usadas para as “missões de vigilância no espaço da Amazônia”. Ou seja, estivessem sob o comando da sua política militar.

A potência ianque, para manter o domínio mundial, necessita do expansionismo econômico e militar. A recente investida dos EUA sob a América do Sul faz parte da estratégia geral da potência sobre o mundo.

3. Os caudilhos e seus movimentos nacionalistas canalizam o descontentamento social para conter o avanço da revolução proletária. A vitória eleitoral de governos ditos de esquerda, como Evo, Bachelet, Chávez, Correa etc. não tem a ver com a ascensão do socialismo e sim com a rejeição das massas aos partidos oligárquicos, que estiveram à dianteira na aplicação das diretrizes neoliberais. São governos burgueses, que não tocam na raiz dos problemas sociais e nacionais, que é a grande propriedade privada dos meios de produção em grande parte sob o comando das multinacionais e do capital financeiro.

### **Venezuela**

4. Entre os governos nacionalistas, Chávez tem despontado ao assumir posições anti-americanas e de quebra do bloqueio à Cuba (imposto pelos Estados Unidos). A República Bolivariana e o Socialismo do século XXI, apregoados por Chávez, têm agudizado as contradições internas e forçado os EUA a ampliarem suas ações no continente. A derrota do golpe da oposição pró-imperialista (patrocinado pela Fedecámaras) potencializou o nacionalista Hugo Chávez, que reúne em torno de si a maioria explorada, que se beneficia do assistencialismo governamental. A vitória nas urnas em

dezembro de 2006 contribuiu para o fortalecimento da política nacional-reformista e serviu para alimentar seu plano integracionista no continente. Chávez impôs a lei da Reforma Agrária sobre os latifúndios improdutivos, estabeleceu a entrega de empresas falidas aos empregados para que a administrem através da co-gestão com o Estado e exigiu maior participação estatal nas empresas petrolíferas e aumentou os royalties, que devem ser pagos pelas exploradoras de petróleo.

A integração da Venezuela no Mercosul reuniu os interesses das três maiores economias da região (Brasil, Argentina e Venezuela). Chávez prometeu reduzir as importações para sua indústria petrolífera, provenientes dos EUA, e aumentar as compras no Brasil e na Argentina. Para Chávez, o Socialismo do Século XXI se constituirá de forma gradual, pacífica, por meio do Estado burguês. Nesse sentido, o governo chavista procura contrair sociedade com as multinacionais, com a única condição do Estado ter o controle acionário. Para implantar essa sociedade, Chávez tem indenizado o capital imperialista. Como se vê, o socialismo bolivariano é uma máscara para a política burguesa de Chávez. Eis por que a semi-nacionalização de alguns setores, como petróleo e telecomunicações, considerados estratégicos para a economia venezuelana, não afeta os fundamentos da grande propriedade capitalista e das relações de trabalho.

Chávez coloca-se, portanto, em contraposição à tarefa de expropriar a expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção. Tarefa essa que só é possível pela revolução proletária (luta de classe). A ausência do partido revolucionário no país impede que os explorados compreendam o fenômeno do chavismo e se independizem do governo. O programa do partido da classe operária é o da revolução e ditadura proletárias.

### **Chile**

5. No Chile, a “socialista” Michelle Bachelet ganhou as eleições. O governo de Bachelet, poucos meses depois, reprimiu violentamente o movimento estudantil que protagonizava a defesa do ensino público e a revogação das leis

educacionais herdadas do regime de Pinochet. Bachelet se mostra impotente diante do poderio do capital financeiro e das multinacionais, assumindo o caráter pró-imperialista.

O partido socialista se mostrou incapaz de erradicar o pinochetismo. Sua política foi a de dar continuidade aos fundamentos econômicos armados pela ditadura. Dessa forma, manteve as diretrizes da política econômica pró-imperialista, que vem resultando desde a ditadura militar em desnacionalização, em bloqueio ao desenvolvimento industrial e em superexploração das massas. A luta estudantil renunciou tendências de luta contra as posições entreguistas do governo do partido Socialista chileno.

### **Uruguai**

6. A chegada de Tabaré Vasquez ao poder do Estado, no Uruguai, pela Frente Ampla, expressou também a situação de constituir governos de aparência reformista. Tabaré, mal foi eleito, desfez o verniz de esquerda e se mostrou submisso ao imperialismo. Em 2006, colocou-se favorável a um acordo “de livre-comércio” com os Estados Unidos. O conflito com a Argentina em função da instalação de uma fábrica do celulose, a multinacional finlandesa Botnia, que devasta o meio ambiente, expõe a impotência do governo diante das pretensões da multinacional. A recente visita de Bush ao país sela o servilismo de Tabaré aos ditames dos EUA.

Um governo, também dito de esquerda, que prometeu varrer o domínio oligárquico dos Blancos e Colorados (partidos burgueses que controlam há décadas o país), logo se mostrou impotente. O Uruguai continua sendo um país controlado pelas oligarquias e submetido aos EUA.

### **Equador**

7. No Equador, as massas descontentes com os partidos da velha ordem e com a política do pró-imperialista Lúcio Gutiérrez foram arregimentadas pela frente eleitoral (“Aliança do País – AP) que elegeu Rafael Correa. Depois de crises políticas sucessivas, queda de governos por meio de movimentos indígenas

e populares, Rafael Correa surge com promessas de convocação de uma Assembléia Constituinte, revisão dos contratos com as multinacionais do petróleo, renegociação da dívida externa e a de não renovar os contratos da base militar de Manta.

Nem bem se instalou na Presidência da República, estourou a crise política. A Câmara dos Deputados continua inteiramente sob o poder do Partido Sociedade Patriótica 21 de Janeiro (PSP) e coligados. Essa força controla parte do judiciário. Assim, Correa não pôde modificar a correlação de poder no Estado e mergulhou na crise.

O governo não pretende que a crise seja resolvida com as massas nas ruas ocupando o Parlamento e expulsando os opositores às suas promessas eleitorais. Dessa forma, dependerá de acordos com as frações burguesas. Um dos acenos de Correa foi o de que seguirá os passos de Chávez, ou seja, não romperá relações com as multinacionais e credores internacionais.

## Peru

8. No Peru, o candidato apoiado por Chávez, Ollanta Humala, compareceu como de esquerda diante de Alan Garcia (Apra). A maioria oprimida, que protagonizou violentas manifestações contra a privatização da energia elétrica (em 2002), e contra a erradicação da coca (2003), não deu vitória a Ollanta. Venceu Alan Garcia, que como presidente em 1985 terminou seu mandato em situação de brutal crise econômica e recrudescimento da luta de classe.

O governo direitista de Fujimori, no seu primeiro mandato, implantou as diretrizes norte-americanas de destruir o grupo foquista Sendero Luminoso, de Abimael Guzmán. E reprimir duramente o movimento social que cresceu sob o governo de Alan Garcia. No segundo mandato, explodiu a podridão de seu governo. Abre-se a crise e Fujimori é destituído.

O governo que se seguiu foi de Alejandro Toledo. A instabilidade política se manteve. Grandes manifestações contra sua política entreguista acuararam sua administração. Foi um governo desmoralizado.

Nesse quadro de crise, Ollanta sur-



Chávez distribui títulos de terra

giu como franco atirador que chegou a ser cotado a ser presidente. Alcançou 47% contra 52% de Alan Garcia, no segundo turno. Esse processo indica que a instabilidade do regime político permaneceu.

## México

9. As eleições presidenciais de 2006 foram fraudadas para dar vitória ao candidato do imperialismo Felipe Calderón (PAN). Manuel López Obrador, do Partido da Revolução Democrática, foi considerado perdedor, por uma diferença de 0,58%. O Tribunal Eleitoral reafirma a fraude. As manifestações sob o comando de Obrador tinham o objetivo de impedir a posse de Calderón, mas não foram capazes de derrotar a frente direitista.

O México vive numa situação conflituosa. Pouco antes das eleições, eclodiu uma grande revolta popular no Estado de Oaxaca. Foi o choque mais violento depois da rebelião de Chiapas. A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca se constituiu na luta e passou a ser o poder coletivo do movimento de massa. Os manifestantes ocuparam os prédios públicos e assumiram o controle das emisoras de rádio. O governo desfechou brutal repressão para conter a fúria das massas contra o governo corrupto.

A situação de miséria tem provado crescentes emigrações para os Estados Unidos. Por sua vez, o governo norte-americano intensificou a repressão sobre os imigrantes. As prisões, mortes e a pretensão de construir um muro em uma parte da fronteira com o México são as soluções do imperialismo frente ao problema social existente e agravado com a imposição do Nafta. O Acordo de livre comércio entre EUA, Canadá e México resultou em maior abertura da eco-

nomia nacional ao saque imperialista. Os produtos agrícolas dos EUA foram introduzidos com preços menores, o que provocou quebras e deixou milhares de camponeses na miséria. A revolta de Chiapas, no final da década de 80, foi expressão da luta dos camponeses indígenas, sob o comando do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Chiapas, Oaxaca e inúmeros levantes ocorridos demonstram a enorme potencialidade de luta revolucionária das massas e seus limites devido à falta do partido da revolução proletária, que com o programa da revolução socialista unificaria o combate contra a burguesia, seu Estado e o imperialismo.

## Argentina

10. Na Argentina, Nestor Kirchner comparece como aliado de Chávez. Eleito em 2003 pelo Partido Justicialista (PJ), depois de uma das maiores crises econômicas - que deixou o país arrasado e com metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza -, decretou uma breve suspensão do pagamento da dívida externa e, em seguida, acatou as exigências do FMI (superávit fiscal igual a 3% do PIB).

O governo Kirchner implantou os programas assistenciais e ganhou popularidade entre as massas desempregadas e miseráveis. Deu continuidade aos planos de maior penetração das multinacionais em ramos essenciais da economia. As exportações cresceram e o país atingiu índices de 8% ao ano, repondo parte das quebras anteriores. As denúncias à política imperialista se limitam aos EUA e são circunstanciais. Nenhuma mudança estrutural foi feita no país, os que detêm o poder são os mesmos, as privatizações não foram revertidas e se deu seqüência às diretrizes do capital financeiro. A proximidade das eleições obriga Kirchner a manter-se afastado dos EUA e próximo a Chávez, que tem oferecido acordos econômicos.

Kirchner recompôs as forças políticas do Estado, sob sua centralização, que conta com a retomada das ilusões democráticas da classe média urbana e de setores da classe operária. Neutralizou movimentos de resistência que ressurgiram com a desintegração da ditadura militar e posteriormente com a quebra

econômica, que culminaram no governo Fernando de la Rúa. As massas nas ruas enfrentaram a violência policial e derrubaram o governo. O presidente do Senado, Ramón Puerta, que assumiu o comando do Estado, permaneceu apenas por dois dias na presidência. O peronista Adolfo Rodríguez Saá foi conduzido à Presidência pelo Congresso, que logo em seguida não aceitou suas medidas econômicas, e ele então renunciou. Vem então o presidente da Câmara, Eduardo Camaño. Permanece apenas 48 horas e transfere o poder para Eduardo Duhalde. Nessa seqüência de crise, Duhalde consegue desmontar a resistência das massas, preparando caminho para a eleição de Nestor Kirchner. Menen retirou sua candidatura, no segundo turno, pressionado por escândalo de corrupção.

É importante observar o encadeamento das crises sucessivas que desintegraram o país e golpearam a governabilidade. Mostra que as massas pequeno-burguesas enfurecidas por medidas de represamento (curralito) de suas poupanças, não puderam por si só avançar a luta revolucionária. O proletariado argentino não tomou a frente dos combates. E evidenciou a ausência do partido marxista enraizado nas massas.

## Nicarágua

11. As eleições presidenciais de 2006 deram vitória ao sandinista Daniel Ortega (FSLN). Os EUA usaram seu embaixador, Paul Trivelli, para forjar uma aliança entre os principais partidos de direita em torno do candidato Eduardo Montealegre, mas fracassou. Ortega que foi derrotado nas eleições passadas (2001) por Enrique Bolaños (PLC). Acusado de corrupção e sob ameaça de impeachment, Bolaños tem seus poderes limitados pela Assembléia Nacional. Os Estados Unidos aproveitaram a situação e exigiram a aprovação de livre comércio.

A história de Ortega está ligada à Revolução Sandinista (1979) que pôs fim a ditadura de Somoza. Os sandinistas e coligados tomaram o poder e expropriaram os bens da família Somoza, nacionalizaram os bancos e parte das empresas. Um ano depois, Violeta Chamorro (que fazia parte do governo) rom-

pe e passa para a oposição. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos organizam e financiam os contras – paramilitares anti-sandinistas. Mesmo assim, Daniel Ortega venceu em 1984 as eleições. Os Estados Unidos decretam o embargo econômico como parte da ação de derrotar os sandinistas. Violeta Chamorro é usada pela direita, União Nacional Opositora, e vence as eleições em 1990. Fez um governo em favor dos grandes proprietários e faz seu sucessor pela Aliança Liberal, Arnoldo Alemán, derrotando Daniel Ortega. O direitista Alemán devolve as terras que foram confiscadas pelo governo sandinista. A corrupção e os decretos em favor das oligarquias provocam manifestações e greves no país. Em consequência, a FSLN obtém vitórias nas eleições municipais em 2000. O governo de Bolaños não conseguiu recompor o governo e setores da burguesia, o que permitiu a vitória de Ortega.

Ortega venceu as eleições em novembro de 2006 tendo como vice um latifundiário que teve sua propriedade desapropriada pelos revolucionários sandinistas em 1979. A vitória de Ortega não significou a volta do governo sandinista, mas sim de um governo disposto a recompor as forças do Estado. Não por acaso teve como companheiro de chapa Jaime Solares, um dos que encabeçou o movimento dos contra para derrubar o poder dos sandinistas. Ortega teve o apoio de Chávez e, ao mesmo tempo, defendeu os acordos com o FMI para aplicar um “plano de ajuste econômico”. O compromisso na aplicação das medidas do FMI e suas alianças eleitorais indicaram o caminho que seguirá seu governo.

Os explorados nicaraguenses precisam se libertar da política burguesa de Ortega e romper com o imperialismo. O caminho está na construção do partido revolucionário.

## Bolívia

12. A Bolívia, um dos países semicoloniais mais atrasado do continente, tem sua história marcada pelos golpes militares, pelos levantes massivos dos explorados da cidade e do campo e pela luta contra os governos corruptos e entreguistas. Trata-se de um país amadurecido para a revolução proletária, isso porque os explorados contam com o Par-

tido Operário Revolucionário (POR), com um programa forjado na luta de classe e na experiência política e organizativa do marxismo/leninismo/trotskismo.

A vitória eleitoral do dirigente cocaieiro Evo Morales (MAS), após um período de grandes confrontos que levaram à derrubada do presidente Sánchez de Lozada e à renúncia Carlos Mesa, não significou a retomada das ilusões democráticas. Evo arregimentou as massas por meio das promessas de convocação de uma Assembléia Constituinte, nacionalização das riquezas minerais, reforma agrária e fim da erradicação do plantio da coca.

Desde o primeiro momento, o POR dizia que o governo Evo não era um governo dos movimentos camponeses e das massas empobrecidas, mas sim de natureza burguesa. Dizia que se tratava de um governo comandado por burocratas sindicais e lideranças da pequena burguesia.

As primeiras medidas do governo, de instalação da Assembléia Constituinte, abriram uma crise e acirraram as disputas entre as frações burguesas, que têm interesses na autonomia das regiões mais prósperas do miserável país. A nacionalização dos hidrocarbonetos foi uma farsa, porque significava apenas o aumento da presença estatal nos negócios das multinacionais que exploram o petróleo e o gás. Não houve expropriação das multinacionais, mas se tornaram sócias do Estado. A reforma agrária pretendida pelo MAS tem de se adaptar à legislação e à defesa da propriedade privada. O que implica desapropriação de terras mediante indenização. A miséria da maioria da população não foi alterada.

O governo do MAS, de fachada indigenista, nada tem a ver com os interesses da maioria explorada que reivindica pão, trabalho, terra e nacionalização das riquezas do país. É um governo imerso na crise. A oposição burguesa, encabeçada pelo Podemos (Poder Democrático e Social) e pelos governadores afinados com Santa Cruz, combatem as medidas governamentais e reclamam a autonomia de suas regiões. Exigem do governo maior repressão sobre os movimentos sociais.

Passado um ano de governo, Evo não foi capaz de conter as massas empobrecidas. Os levantes, bloqueios de estradas e

ocupações se chocam com o governo e avançam contra a propriedade privada dos meios de produção. A revolta camponesa e popular ocorrida em Cochabamba, no início deste ano, expôs a submissão de Evo à legalidade burguesa e demonstrou que as massas não abandonaram seu método de luta, que é o da ação direta. O movimento que iniciou reivindicando a expulsão do governador Manfred Reys Villa (político direitista) ganhou as ruas, constituiu um poder paralelo (Assembléia Popular – cabildo) e enfrentou a repressão governamental. Para arrefecer a luta, Evo usou a legalidade do Estado e a burocracia dirigente do movimento.

O POR interveio defendendo que não bastava expulsar o governador Reys Villa, mas que era preciso derrotar a direita acabando com a grande propriedade privada dos meios de produção, base de sustentação do poder da classe dominante. Mostrou a limitação do movimento camponês e a ausência física do proletariado. Defendeu a Assembléia Popular e a organização militar dos lutadores por meio da constituição das brigadas anti-fascistas.

Nem bem terminou o movimento de Cochabamba, novos conflitos se fizeram presentes. A revolta de Camiri, que denuncia as limitações da nacionalização e os acordos com as multinacionais, exigiu uma verdadeira nacionalização e recuperação das refinarias. Evo respondeu que sua política não é da expropriação das indústrias petrolíferas, mas em converter-se em sócio delas.

A greve geral em São Cristóvão, contra a exploração das multinacionais, é a confirmação de que o governo do MAS é um instrumento das empresas imperialistas.

Os fatos indicam o acerto do POR em caracterizar o governo de Evo como burguês, opressor e laçao do imperialismo. Atestam também que as massas defendem suas reivindicações por meio da luta direta.

13. Como vimos, a tendência do capitalismo é aumentar o intervencionismo econômico e militar e arrastar as massas para a barbárie. O nacionalismo burguês é impotente porque tem como fundamento a defesa da propriedade privada dos meios de produção. A integração do continente pela via do inter-

vencionismo imperialista dos EUA reforçará a submissão dos países semi-coloniais, a concentração monopolista nas mãos das multinacionais e do capital financeiro e a crescente miséria das massas oprimidas. A integração pela via do nacionalismo chavista não rompe com a opressão nacional e social. Desenvolver as forças produtivas e erradicar a fome e a miséria só serão possíveis pela via da revolução socialista, que transforma a propriedade privada em coletiva. A integração latino-americana só pode se dar por meio dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A construção dos partidos-programas (partidos revolucionários) é uma tarefa de todos aqueles que se reivindicam da classe operária e dos métodos da luta de classe. Assimilar a experiência do POR boliviano é fundamental, porque se trata de um partido provado na luta de classe, com programa e assentado nos princípios do internacionalismo proletário. O POR brasileiro, integrante do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, trabalha para pôr em pé esse partido revolucionário.

## Imperialismo sai chamuscado da América Latina

Em sua visita a cinco países da América Latina (Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México), o porta-voz da burguesia imperialista norte-americana George Bush saiu chamuscado pelas inúmeras manifestações promovidas em repúdio à sua presença.

Os governos subservientes desses países o receberam de braços abertos, com a intenção anunciada de “fortalecer os laços comerciais e políticos”, à revelia da indignação das massas.

Porém, as manifestações ofuscaram os banquetes e solenidades programadas para receber o assassino dos povos semicoloniais, mesmo diante da forte repressão organizada.

No Brasil, só em São Paulo, mais de 40 mil pessoas saíram às ruas para rechaçar o exterminador de iraquianos e causador das mazelas da pobreza na América Latina. O presidente-lacaio Lula e sua trupe enaltecem sua visita para vender litros e litros de biocombustível para salvar o império da dependência do petróleo. No Uruguai, mais de 6

mil manifestantes se confrontaram com o aparato repressivo organizado para salvar a pele do fascínora, com gritos de “*Bush, fascista, você é que é terrorista*” e “*Tabaré, você é um covarde*”. Na Colômbia, mais de 3 mil pessoas saíram para protestar, enfrentando os 21 mil homens colocados pelo governo de Uribe para assegurar a permanência tranqüila de Bush no país. No México, o último país visitado, mais de mil pessoas também rechaçaram o inimigo dos povos oprimidos, que proíbe a entrada de imigrantes mexicanos, com a construção de um muro na fronteira entre os Estados Unidos e México, que custará por volta de US\$ 6 bilhões (R\$ 12,9 bilhões) e pretende expulsar aqueles que já são explorados pelos capitalistas norte-americanos, ou seja, 12 milhões de mexicanos que vivem nos Estados Unidos.

Apesar do imenso aparato repressivo colocado à disposição de Bush pelos governos subservientes, as massas reagiram com disposição de luta, muitas vezes passando por cima das direções

pelegas que pretendiam patrocinar atos pacíficos. A juventude deu mostra de que a ação direta é o caminho para romper as amarras do pacifismo pequeno-burguês, presente em muitas manifestações de rua. Bancos, lojas, embaixadas foram apedrejadas e queimadas pela juventude, inconformada com a colaboração dos governos que se proclamam de “esquerda”, mas recebem com todas as honras de Chefe de Estado o principal responsável pelos inúmeros assassinatos de trabalhadores e jovens no Oriente Médio e o grande financiador das ditaduras por toda a América Latina.

No entanto, o ódio ao imperialismo norte-americano deve ser canalizado para a construção urgente do partido revolucionário. A luta antiimperialista só terá êxito quando a vanguarda revolucionária da América Latina estiver organizada em torno do partido-programa, da construção do partido mundial (IV Internacional) e levantar a bandeira de consolidação dos Estados Unidos Socialista da América Latina.

## 4 anos de ocupação militar imperialista no Iraque

O aniversário da ocupação militar do Iraque pelas tropas norte-americanas se dá quando a resistência se encontra em seu ponto mais forte. Os 60 mil iraquianos mortos e pouco mais de 3 mil soldados ianques caídos evidenciam o genocídio. O reconhecimento pelo governo Bush do fracasso da operação de guerra nos objetivos pretendidos ainda não significou passo concreto rumo à retirada. As necessidades econômicas e geopolíticas do capital financeiro internacional pressionam pela retomada da ofensiva intervencionista, desta vez contra o Irã.

### Origem do intervencionismo

É a crise mundial do capitalismo que move o imperialismo a buscar o aumento de sua intervenção econômica, política e militar em todo o mundo. A instabilidade das bolsas de valores, o agigantamento dos negócios artificiais, fictícios e fraudados, a crise de superprodução, os desequilíbrios crescentes no comércio mundial, tudo isso requer que haja controle absoluto sobre as fontes de matérias-primas e mercados. Ou seja, que os governos dos países semicoloniais, oprimidos, já submissos aos países desenvolvidos, tornem-se verdadeiras marionetes nas mãos dos Estados Unidos, maior potência mundial. A instabilidade da economia mundial não permite que nenhuma contradição específica de interesses entre potências e semicolônias crie ondas de turbulência e prejuízos no mercado internacional.

A constituição do governo Bush expressa mais agudamente essas tendências. É um governo que foi montado para realizar operações de guerra intervencionista. A ocupação do Afeganistão foi o primeiro passo de uma pretendida escalada militar de intervenção em toda a região. Pouco tempo depois veio a ocupação do Iraque. Há meses que os assessores de Bush discutem como efetivar a ofensiva contra o Irã. Para eles, trata-se de obter o controle da produção de petróleo mundial e distribuição de gás na Europa. Os pretextos de que os objetivos eram destruir os governos ditatoriais do Taleban no Afeganistão e de Saddam Hussein no Iraque, assim como o da contenção das chamadas “armas químicas

de destruição em massa”, se mostraram uma fraude. Ficou evidenciado para o mundo todo que a carnificina serve exclusivamente aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

O intervencionismo imperialista se dá mundialmente, de variadas formas. No continente sulamericano, por exemplo, manifesta-se na instalação de bases militares em vários países, na tentativa de derrubada golpista do governo de Chávez na Venezuela, na ingerência sobre eleições gerais em alguns países, inclusive com uso da fraude (México, Peru) e no estabelecimento de acordos bilaterais para imposição de interesses.

No continente africano, as lutas entre as nacionalidades, derrubada de governos, massacres, expulsão de etnias, criação de campos de refugiados, tudo isso tem por trás as mãos e os interesses imperialistas sobre as riquezas naturais do continente.

### Crise do intervencionismo

Apesar da maior potência mundial contar com dois terços de todo o armamento planetário, apesar de dispor de recursos bilionários para a realização de seus objetivos, apesar dos governos burgueses dos países atrasados ou de suas frações burguesas nacionalistas serem incapazes de levar adiante a resistência de forma conseqüente, apesar da ausência de uma direção revolucionária nesses países, capaz de impulsionar a luta antiimperialista a partir do armamento geral das massas, apesar de tudo isso vemos a grande dificuldade do imperialismo em avançar em seus objetivos intervencionistas.

No Oriente Médio, a ocupação militar está politicamente derrotada. O objetivo de constituir governos fantoches nacionais que arrastassem as massas atrás de si fracassou. A resistência, que começou no Iraque na forma de pequenos grupos, ganhou apoio das massas e hoje se mescla com elas, inviabilizando a tarefa repressiva dos soldados ianques. O Afeganistão parecia destruído pelo bombardeio compulsivo da guerra, e o Taleban parecia ter sido desintegrado. Mas hoje já controla parte do país e a resistência só cresce. A eleição do Hamas mostrou que as ações terroristas dos homens bomba encontram apoio entre as massas palestinas. O boicó-

te ao governo, por mais de um ano, o fez recuar para um acordo com o corrompido Fatah, mas ainda não do objetivo da destruição do enclave israelense. A guerra contra o Hezbollah, realizada por Israel e patrocinada pelo imperialismo, não destruiu a organização, que hoje disputa o poder no país. O Irã, sob as mais pesadas ameaças, não retrocedeu em suas instalações nucleares.

Na América Latina, a eleição de governos de discursos anti-norteamericanista ou meramente nacionalista têm levado vantagem sobre as candidaturas mais identificadas com os EUA. Todas as tentativas de derrubada de Chávez fracassaram. A Alca não vingou. A intervenção no Haiti, coplanjada por EUA e França e realizada pelo governo Lula, também está em crise.

As necessidades de intervenção do imperialismo em toda parte se chocam com a rebelião das nacionalidades oprimidas, que se expressam de forma desigual em toda parte. As tendências antiimperialistas ainda esbarram no controle de frações burguesas ou pequeno-burguesas desses movimentos, que os torna incapazes de derrotarem cabalmente o imperialismo.

### Luta antiimperialista e socialismo

A resistência iraquiana, que se dá sob a forma de heroísmo de toda uma parcela da juventude que se sacrifica com atentados contra um exército equipado até os dentes com o que há de mais moderno e caro de tecnologia da destruição e assassinio nos mostra que apesar de todas as dificuldades as tendências de luta antiimperialista estão dadas. Que é preciso empenho em toda parte e em toda a luta que confronte a barbárie intervencionista do imperialismo, que nada mais expressa que o capital financeiro internacional. A luta pelo socialismo hoje, pelo fim da exploração do homem pelo homem, passa pelo combate antiimperialista em toda parte. Combate que não pode ser deixado sob a direção de frações burguesas ou pequeno burguesas, que já provaram que jamais serão capazes de levar essa luta até o fim. A luta antiimperialista conseqüente depende da direção e do programa do proletariado.

**Bolívia:**

## A Reivindicação dos Contratos

Mais erros, menos erros, o que importa é que os famosos contratos com as petrolíferas consolidam “estrategicamente” - como assinalou a Petrobras - por 30 anos, para as multinacionais a operação, controle e exploração de nossos recursos hidrocarboníferos. Ainda que afirmem que o Estado é proprietário das jazidas e dos combustíveis fósseis, de fato as petrolíferas continuam ostentando o monopólio das operações com direito exclusivo de realizar a exploração e exportação nos campos concedidos. Além disso, se garante a estas empresas uma rentabilidade econômica superior a 15%,

royalties superiores aos seus custos de capital, reconhecimento como custos recuperáveis de todos os custos de operação e investimentos que realizem tanto na exploração como na exportação. Estes custos de operação incluem absolutamente tudo (máquinas, materiais, impostos, seguros, salários, publicidade, auditorias, até os multimilionários salários de seus executivos, etc., etc.).

Tudo isto já foi denunciado, a gritaria hipócrita da direita vendida não contribui com nada novo. Outra vez se trata de uma briga de comadres que acabará com a assinatura de novos contratos que con-

tinuarão dando apoio jurídico para as multinacionais continuarem saqueando o país por mais 30 anos.

Governo e Oposição são defensores da propriedade privada burguesa, ou seja, serviços do imperialismo e da burguesia. Suas controvérsias são pura politicagem barata, são irmãos, filhos políticos da burguesia e do imperialismo.

**A nacionalização do MAS é uma farsa!**

**Fora as multinacionais da Bolívia!**

*Extraído do “MASAS” Boliviano nº 2028, de 16/03/2007.*

## Evo Morales e o Decreto nº 21060

Evo Morales e sua turma, durante sua campanha eleitoral com bumbos e pratos, anunciou que enterrariam o Decreto Supremo 21060, a encarnação do mal na economia boliviana. Anunciou que mudaria o modelo econômico neoliberal, Carlos Villegas (atual ministro dos hidrocarbonantes) se pronunciou a respeito dizendo que sua aplicação “criou uma economia dual, formada por dois segmentos: um minoritário de modernas empresas estrangeiras e nacionais e outro tradicional e atrasado, que é a maioria excluída”

Mas, com treze meses de seu governo, como tudo o que disse e prometeu, terminou num saco sem fundo, em uma grande fraude; o certo é que a estas alturas não há tal derogatória do decreto 21060, nem nacionalização dos combustíveis fósseis, nem revolução agrária, nem nova reforma da educação. O que se faz é referendar a política neoliberal imposta pelos gringos, sejam estes norte-americanos ou europeus.

O Decreto Supremo 21060, promulgado em 29 de agosto de 1985, durante o governo de Víctor Paz e seu ministro do planejamento Goni Sánchez de Lozada, passa para a história do povo boliviano como um dos acontecimentos mais difíceis para a classe operária. Com este decreto, abriram-se as portas para a entrega do país ao apetite

das multinacionais, representou que milhares de operários fabris e mineiros fossem jogados na rua sob o pretexto da relocação, foram fechadas fábricas, desestruturam-se as empresas estatais, coloca-se a liberação do comércio exterior, impõem-se a flexibilização do trabalho e a flutuação do dólar, medidas que fizeram o pobre ficar mais pobre.

Até esse momento, a classe operária sofre as agonias de um tremendo flagelo, os empresários arrumam formas e manhas para burlar as leis trabalhistas, impuseram contratos de trabalho que nos destroem, como a terceirização; os contratos parciais, que não pagam os benefícios sociais; não existe previdência social; se proíbe a sindicalização; tudo isto para aumentar o lucro dos patrões.

### **Ante tal situação o que fez EVO e o MAS?**

Saiu com a piada de que muitos artigos do D.S. 21060 passaram a formar parte das leis, como a lei de investimentos (ditada por Paz Zamora) e que por isso só pode ser revogado o artigo 55 mediante o decreto supremo 28699, que não é outra coisa que colocar de outra forma a livre contratação, já que só se dão prazos administrativos para que uma comissão composta com a patronal trate do problema do afetado. Bonita forma de

sair de fininho. Isto nos leva a conclusão de que não devemos ter confiança neste governo e, ao invés de tratar os problemas que nos afetam através das odiosas leis, devemos confiar em nossa própria força e nossa organização.

Devemos resolver nossos problemas através da ação direta, abaixo o legalismo!

### **Por que Evo não engaveta o decreto 21060?**

Na verdade, o governo do MAS está de acordo que as multinacionais e as empresas privadas continuem chupando o sangue do povo boliviano, continuem levando nossos recursos naturais, deixando migalhas para o país, porque dizem que agora são nossos sócios, e portanto devem ser dadas garantias jurídicas, Delgadillo, ministro do trabalho, diz que o decreto 21060 é a matriz que sustenta a macroeconomia do país, em outras palavras que permite que as empresas continuem se enchendo de dinheiro, enquanto o povo boliviano tem os bolsos rasgados, porque nos fatos o êxito das cifras macroeconômicas que nos mostram não repercute nos salários dos trabalhadores.

*Extraído do “MASAS” Boliviano nº 2028, de 16/03/2007.*